

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.602.601 - SP (2019/0309196-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : GUINCHOS WINNER LTDA  
**AGRAVANTE** : VALQUIRIA FERNANDA ADORNO  
**AGRAVANTE** : CARLOS EDUARDO KOCK  
**ADVOGADOS** : WILLIAM NAGIB FILHO - SP132840  
THALYTA NEVES STOCCO - SP331624  
**AGRAVADO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS - SP023134  
DANIEL DE SOUZA - SP150587  
LARISSA CRISTINA FERREIRA MESSIAS - SP289357  
CLICIA DO NASCIMENTO VECCHINI - SP304688

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL Contrato bancário Embargos à execução Cédula de Crédito Bancário Título de obrigação certa, líquida e exigível Observância ao artigo 28 da Lei nº 10.931/2004 Desnecessidade de se apresentar documentos adicionais Ausência de provas sobre a quitação parcial do débito Excesso de cobrança não demonstrado Não cabimento de repetição de indébito em dobro Sentença mantida Recurso não provido.

Os embargos de declaração (fls. 256/259) foram acolhidos para reconhecer excesso de execução, nos termos da seguinte fundamentação (e-STJ, fls. 280 e 281):

Observo que a memória de cálculo juntada aos autos pelo banco embargado indicava que em 30/04/2014 o saldo devedor referente ao contrato nº 017.209.834 era de R\$175.595,56 (cento e setenta e cinco mil quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta e seis centavos), conforme fls. 64/65 dos autos principais.

Os embargantes juntaram a fls. 52/53 dos autos principais extrato referente ao mesmo contrato, identificado pelo nº 017.209.834 e indicando o valor inicial da Cédula de Crédito Bancário, de R\$119.182,95 (cento e dezenove mil cento e oitenta e dois reais e noventa e cinco centavos). Este extrato indica que em 29/01/2015 o

saldo devedor total era de R\$ 63.460,66 (sessenta e três mil quatrocentos e sessenta reais e sessenta e seis centavos).

(...)

Em vista do silêncio do banco apelado, que não se desincumbiu de seu ônus probatório, acolho os embargos de declaração com efeitos infringentes para reconhecer o excesso de execução.

Os segundos embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 290/292).

Nas razões do recurso especial, a parte ora agravante aponta violação dos arts. 783 do Código de Processo Civil/2015 e 940 do Código Civil, sob a alegação de ausência de título certo, líquido e exigível apto a embasar a execução, bem como necessidade de repetição em dobro dos valores indevidamente exigidos.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

A Corte de origem conferiu liquidez, exigibilidade e certeza ao título que embasa a execução, conforme se extrai dos seguintes excertos (fl. 224, e-STJ):

Conforme documentos juntados aos autos, o apelado apresentou extrato da operação bancária (fls. 64/65) referente às obrigações dos apelantes relativas à cédula de crédito bancário (fls. 66/76). Assim, não foi prejudicada a defesa dos apelantes, que puderam verificar quais as taxas de juros aplicadas e a forma de cálculo da amortização adotada, de sorte que a juntada de documentos adicionais é desnecessária.

Noto que o artigo 28 da Lei nº 10.931/2004, invocado pelos apelantes, permite a demonstração do saldo devedor “em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta corrente”, de forma alternativa, não havendo a exigência de se juntar ambos os documentos aos autos. Assim, não merece acolhida o argumento dos apelantes de que o título não é certo, líquido e exigível por este motivo.

Com efeito, a desconstituição da conclusão do acórdão recorrido, na forma pretendida, demandaria o reexame do acervo fático dos autos, procedimento que, em sede de especial, encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ. A propósito, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO EMBARGANTE.

1. De acordo com o que dispõe o art. 827, § 1º, do CPC/15, os honorários são devidos desde o início, podendo ser reduzidos à metade em caso de pagamento no prazo de 3 dias. 1.1 Na hipótese, a Corte de origem concluiu que não houve sequer intenção de pagamento, de modo que não há se falar em cobrança em dobro dos honorários. Para modificar tal entendimento seria necessário o reexame do acervo fático probatório dos autos, providência vedada ante o óbice da Súmula 7/STJ.

**2. A análise dos fundamentos que ensejaram o reconhecimento da liquidez, certeza e exigibilidade do título que embasa a execução, bem como a validade da fiança prestada exige o reexame probatório dos autos e das cláusulas previstas no contrato de locação, inviável por esta via especial, ante o óbice das Súmulas 5 e 7 desta Corte. Precedentes.**

3. A incidência do referido óbice impede o conhecimento do recurso lastreado na alínea "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, ante a inexistência de similitude fática. Precedentes.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.396.512/SP, Rel. Mininistro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 19.11.2019 - sem destaques no original)

Relativamente à repetição do indébito, a jurisprudência do STJ firmou entendimento de que o pagamento em dobro do valor cobrado irregularmente enseja a comprovação de atitude desleal ou maliciosa para a constatação do abuso de direito. Nesses termos:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS. TRIBUNAL DE ORIGEM CONCLUIU QUE NÃO HOUVE PROVA DA MÁ-FÉ DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. INAPLICABILIDADE DO ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CDC. RESTITUIÇÃO SIMPLES. ACÓRDÃO ESTADUAL DE ACORDO COM A

JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. "A repetição em dobro de valores indevidamente cobrados e/ou descontados exige a demonstração da má-fé do credor" (AgRg no AREsp 167.156/RJ, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 1º/12/2015, DJe de 03/12/2015).
2. No caso, o Tribunal de origem, com arrimo no acervo fático-probatório carreado aos autos, concluiu que não ficou demonstrada a má-fé ou dolo da instituição financeira, concluindo pela repetição do indébito na forma simples.
3. Estando o v. acórdão estadual em consonância com a jurisprudência do STJ, o apelo nobre encontra óbice na Súmula 83/STJ.
4. Agravo interno desprovido.  
(AgInt no AREsp n. 1.501.756/SC, Rel. Mininistro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 25.10.2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISSONÂNCIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 568/STJ.

1. Ação revisional cumulada com repetição de indébito e compensação por dano moral, com fundamento em contrato de financiamento para aquisição de veículo.
2. Somente a cobrança de valores indevidos por inequívoca má-fé enseja a repetição em dobro do indébito. Precedentes. O inadimplemento contratual não causa, por si só, danos morais. Precedentes. Ante o entendimento dominante do tema nas Turmas de Direito Privado, aplica-se, no particular, a Súmula 568/STJ.
3. Agravo interno nos embargos de declaração no agravo em recuso especial não provido.  
(AgInt no EDcl no AgInt no AREsp n. 1.115.266/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 12.6.2019)

No caso dos autos, a Corte estadual entendeu não estar configurada a má-fé do credor (ora agravado), assim se pronunciando (fl. 292):

Não merece acolhida o pleito dos embargantes de condenação do embargado na repetição do indébito em dobro, visto que não restou demonstrada a existência de má-fé por parte da instituição financeira.

# *Superior Tribunal de Justiça*

A aplicação da sanção prevista no artigo 940 do Código Civil, correspondente ao artigo 42, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor, demanda a cobrança judicial indevida de dívida já paga, somada à comprovação de má-fé do credor, o que não ocorre no caso dos autos.

Ao assim proceder, a Corte estadual manifestou entendimento conforme a jurisprudência do STJ, razão pela qual incide o óbice da Súmula 83/STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo e os benefícios da gratuidade judiciária concedida.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora